

**Destinatários:**

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

**214 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 16 a 20 de setembro de 2024**

|                                                                      |           |
|----------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. COMISSÃO EUROPEIA - APRESENTAÇÃO DO COLÉGIO DE COMISSÁRIOS</b> | <b>1</b>  |
| Reações dos grupos políticos                                         | 3         |
| Audições dos Comissários designados no PE                            | 4         |
| Avaliação dos Comissários designados após as audições                | 5         |
| <b>2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU</b>                      | <b>5</b>  |
| Resolução sobre a Venezuela                                          | 5         |
| Resolução sobre a Ucrânia                                            | 6         |
| Relatório Draghi - Competitividade Da Europa                         | 8         |
| <b>3. NOVO CICLO POLÍTICO - MEMORANDOS DO INSTITUTO BRUEGEL</b>      | <b>8</b>  |
| <b>4. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - PESC/PCSD</b>                    | <b>9</b>  |
| <b>5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE</b>                                 | <b>10</b> |
| Reunião informal dos Ministros do Ensino Superior e da Investigação  | 10        |
| Reunião informal dos Ministros dos Transportes                       | 10        |
| <b>6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>                                   | <b>10</b> |
| Parlamento Europeu                                                   | 10        |
| Comissão Europeia                                                    | 10        |
| - Conselho da União Europeia                                         | 10        |

## 1. COMISSÃO EUROPEIA - APRESENTAÇÃO DO COLÉGIO DE COMISSÁRIOS

Após a eleição da Presidente da Comissão Europeia pelo PE, na sessão plenária de julho de 2024, Ursula von der Leyen, apresentou esta semana a sua proposta de composição e a estrutura do Colégio de Comissários para o período 2024-29, com base nas sugestões apresentadas pelos **Estados-Membros**. Recorde-se que (sublinhados nossos), nos termos do [Artigo 17.º do Tratado sobre a União Europeia \(TUE\)](#),

*“3. O mandato da Comissão é de cinco anos. Os membros da Comissão são escolhidos em função da sua competência geral e do seu empenhamento europeu de entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência. (...)”*

*7. (...) O Conselho, de comum acordo com o Presidente eleito, **adota a lista das demais personalidades que tenciona nomear membros da Comissão**. Essas personalidades são escolhidas, com base nas sugestões apresentadas por cada Estado-Membro (...) O Presidente, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os demais membros da Comissão **são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu**. Com base nessa aprovação, a Comissão é nomeada pelo Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada.”*

Assim sendo, e após ter [discutido com a Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu](#) a composição da Comissão (sem, no entanto, [revelar os nomes](#)), na manhã de dia 17 de setembro a Presidente da Comissão Europeia apresentou, em seguida, a estrutura do Colégio que agora será objeto de audições no PE e de um voto de investidura (detalhe [aqui](#)), previsivelmente em novembro:



A candidata indicada por Portugal, Maria Luís Albuquerque, ficou com o pelouro de **Comissária para os Serviços Financeiros e para uma União da Poupança e dos Investimentos**. As respetivas [nota biográfica](#) e [Carta de Missão](#) foram igualmente divulgadas.

O *Politico* disponibilizou uma **infografia com uma possível distribuição da estrutura hierárquica da Comissão**, com base nas cartas de missão dos vários Comissários, que reproduzimos de seguida.



A composição do Colégio agora apresentada é o resultado de um equilíbrio entre a diversidade geográfica, os perfis dos candidatos, o género (11 mulheres e 16 homens) e as famílias políticas. Relativamente a este último aspeto, importa sublinhar que deve ser considerada a **composição atual do Conselho Europeu** (que conta,

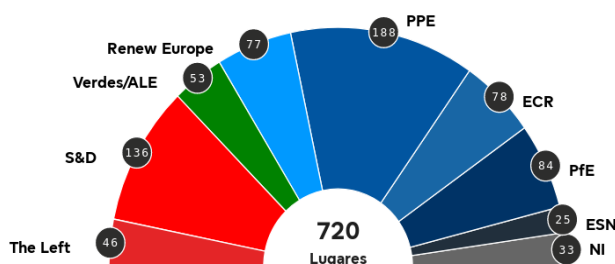
atualmente, com **11 Chefes de Estado ou de Governo do PPE**<sup>1</sup>, **4 do S&D**<sup>2</sup>, **4 do Renew**<sup>3</sup>, **2 do ECR**<sup>4</sup> e um dos **Patriotas pela Europa**<sup>5</sup>), mas também o resultado das eleições para o PE, dado este será co-legislador e escrutinará a atividade da Comissão ao longo dos próximos 5 anos:

23/07/2024 - 11:07

Todas as indicações horárias correspondem a GMT+2

## Parlamento Europeu 2024 - 2029

Sessão constitutiva



Fonte: Verian, para o Parlamento Europeu



## Lista dos grupos políticos do Parlamento Europeu

- [Partido Popular Europeu](#)

[Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu](#)

[Grupo «Patriotas pela Europa»](#)

[Conservadores e Reformistas Europeus](#)

[Grupo Renew Europe](#)

[Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia](#)

[Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu - GUE/NGL](#)

[Europa das Nações Soberanas](#)

No contexto deste equilíbrio, a Comissão Europeia terá **14 Comissários indicados pelo PPE**<sup>6</sup>, incluindo a Presidente, **quatro indicados pelo S&D**<sup>7</sup> e **quatro pelo Renew**<sup>8</sup>, **dois pelo ECR**<sup>9</sup> e **um pelos Patriotas pela Europa**<sup>10</sup>. O Comissário cipriota não tem filiação partidária.

Dos seis vice-presidentes executivos que a Presidente da Comissão Europeia indicou, **quatro são mulheres e dois homens**, sendo que são **dois do S&D** (Espanha e Roménia), **dois do Renew** (França e Estónia), **um do PPE** (Finlândia) e **um do ECR** (Itália).

## Reações dos grupos políticos

Após este anúncio, e segundo os relatos disponibilizados pela Agence Europe ([aqui](#)), alguns grupos políticos reagiram. O presidente do grupo PPE, o alemão Manfred Weber, congratulou-se com o facto de a Comissão “von der Leyen II” ser “uma Comissão [com o rótulo] PPE”, que retomará os temas desenvolvidos durante a campanha, como a “segurança e a competitividade”. Em nome do grupo S&D, a deputada espanhola ratxe

<sup>1</sup> Áustria, Irlanda, Grécia, Croácia, Letónia, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Finlândia, Roménia e Suécia.

<sup>2</sup> Espanha, Dinamarca, Malta e Alemanha. Não contamos aqui com a Eslováquia, pois o partido SMER encontra-se suspenso do PES.

<sup>3</sup> Bélgica, com governo de gestão, Estónia, França e Eslovénia.

<sup>4</sup> Itália e República Checa.

<sup>5</sup> Hungria.

<sup>6</sup> Alemanha, Áustria, Bulgária, Irlanda, Grécia, Croácia, Lituânia (Presidente com assento no Conselho sem filiação partidária indicou Comissário da família PPE), Letónia, Luxemburgo, Países Baixos (Primeiro-Ministros com assento no Conselho sem filiação partidária indicou Comissário da família PPE), Polónia, Portugal, Finlândia e Suécia.

<sup>7</sup> Espanha, Malta, Dinamarca e Roménia (Presidente do PPE com assento no Conselho indicou Comissária da família S&D). Não contamos aqui com o Comissário eslovaco, pois o partido SMER encontra-se suspenso do S&D.

<sup>8</sup> França, Estónia, Eslovénia e Bélgica.

<sup>9</sup> Itália e República Checa.

<sup>10</sup> Hungria.

García Pérez considerou que algumas questões fundamentais para os sociais-democratas foram acauteladas, como a atribuição de *“duas vice-presidências executivas, onde as questões relacionadas com o clima, a transição justa e verde estão nas mãos dos sociais-democratas”*, bem como a tomada em consideração da crise da habitação.

Leïla Chaïbi, do Grupo A Esquerda, disse estar *“chocada”* com o facto de a pasta dos Assuntos Sociais ter sido transformada na pasta das Competências: *“As políticas sociais estão a ser reduzidas ao facto de as pessoas terem uma formação deficiente, estarem mal preparadas”*, afirmou. O grupo S&D criticou ainda a atribuição de uma vice-presidência ao comissário indigitado pela Itália, Raffaele Fitto, do ECR. Neste contexto, os grupos Renew, Verdes/ALE e A Esquerda deram nota de que Fitto terá de demonstrar as suas capacidades e o seu empenhamento nos valores europeus na sua audição no PE.

### **Audições dos Comissários designados no PE**

Tudo isto terá importância também no xadrez político que se desenrolará agora nas chamadas “audições prévias” dos candidatos a Comissários nas Comissões parlamentares do PE. O think tank do PE disponibiliza uma síntese dos procedimentos destas audições, [aqui](#).

Uma vez nomeados os candidatos, a Comissão deve obter a aprovação do Parlamento por maioria dos votos expressos (n.º 7 do artigo [129.º](#) do Regimento) antes de ser nomeada pelo Conselho Europeu. As audições de confirmação não estão previstas nos Tratados, mas são exigidas pelo Regimento do Parlamento Europeu (artigo 129.º e [Anexo VII](#)). Do ponto de vista do PE, estas audições são uma contrapartida indispensável à obrigação de obter a sua aprovação, que não teria qualquer substância se o Parlamento não pudesse examinar a aptidão dos candidatos. Recorde-se que, de acordo com os Tratados, uma vez que o PE tenha eleito o Presidente da Comissão (o que já sucedeu em julho), só pode recusar ou aceitar a Comissão na sua totalidade e não os Comissários indigitados individualmente.

O calendário destas audições deverá ser fixado pela Conferência de Presidentes do PE nos próximos dias, agora que já é conhecida a orgânica do Colégio de Comissários e a distribuição de pelouros, sendo que se prevê que decorram entre a segunda quinzena de outubro e a primeira de novembro, o que significaria o adiamento o início de funções da Comissão Europeia de 1 de novembro para 1 de dezembro de 2024. A votação da investidura da Comissão deverá ocorrer na sessão plenária do PE prevista para 25-29 de novembro.

Como referido, o procedimento para a realização das audições de confirmação encontra-se estabelecido no artigo 129.º do Regimento do Parlamento e no seu Anexo VII.

Os Comissários indigitados devem apresentar declarações de interesses, antes das audições, que revelam integralmente as informações relativas aos seus interesses financeiros. A Comissão dos Assuntos Jurídicos do PE (JURI) examina a declaração de cada Comissário indigitado, a fim de confirmar que não existe qualquer conflito relativamente à sua futura pasta na Comissão. A Comissão JURI pode solicitar informações suplementares e convidar o Comissário indigitado para um debate, se as informações relativas aos interesses financeiros constantes da declaração de interesses estiverem incompletas ou forem contraditórias, ou se forem necessárias mais informações sobre os interesses financeiros. Nos casos mais graves, como último recurso, a Comissão JURI pode concluir que o Comissário indigitado não pode exercer as suas funções em conformidade com os Tratados e o Código de Conduta. Nesse caso, o Regimento (n.º 3, alínea c), do artigo 3.º do Anexo VII) prevê que o Presidente do Parlamento informe o Presidente eleito da Comissão, que decidirá sobre as medidas a adotar.

Depois de a comissão JURI examinar as declarações dos Comissários indigitados, e sob recomendação da Conferência dos Presidentes das Comissões (CCC), a Conferência dos Presidentes (CoP) decide sobre a repartição de competências para as audições de confirmação. Realiza-se **uma audição por cada Comissário indigitado**. As audições podem, no entanto, envolver mais do que uma comissão parlamentar. Se o pelouro de

um Comissário indigitado for igualmente da competência de mais do que uma comissão, será ouvido conjuntamente por essas comissões (comissão conjunta). Outras comissões poderão ser convidadas a participar na audição de confirmação se a pasta for substancialmente da sua responsabilidade<sup>11</sup>.

As comissões apresentam perguntas escritas aos Comissários indigitados antes das audições, sendo que os Comissários indigitados recebem **duas perguntas comuns elaboradas pela CCC**, que incidem sobre a sua competência geral, o seu empenhamento europeu e a sua independência pessoal, e sobre a gestão da pasta e a sua cooperação com o Parlamento. A comissão responsável pela audição elabora **cinco perguntas específicas sobre as suas principais prioridades e iniciativas legislativas**. No caso de comissões conjuntas, cada uma pode formular três perguntas; cada comissão convidada tem o direito de apresentar uma pergunta; não são permitidas subperguntas. O CV dos Comissários indigitados e as suas respostas às perguntas escritas são disponibilizados no sítio Web do Parlamento antes das audições. Em princípio, cada audição tem a duração de **três horas**. Os Comissários indigitados fazem uma declaração de abertura de, no máximo, **15 minutos**, seguindo-se uma sessão de perguntas e respostas. O tempo de uso da palavra é repartido pelos grupos políticos tendo em conta a dimensão de cada grupo (incluindo os deputados não-inscritos), tal como previsto no artigo 178.º.

#### **Avaliação dos Comissários designados após as audições**

O presidente e os coordenadores da comissão responsável pela audição (ou das comissões mistas) reúnem-se à porta fechada imediatamente após a audição para avaliar a aptidão do Comissário indigitado. É redigida uma única carta de avaliação para cada candidato, que inclui os pareceres das Comissões envolvidas. Se os coordenadores aprovarem ou rejeitarem por unanimidade o Comissário indigitado, será apresentada uma carta de aprovação ou rejeição. Se os **coordenadores** que representem uma maioria de, pelo menos, **dois terços dos membros da Comissão aprovarem o desempenho do candidato**, a carta de aprovação indicará que o candidato foi aprovado por uma grande maioria e as opiniões minoritárias serão mencionadas, se solicitadas.

Se a maioria de dois terços não for alcançada, os coordenadores solicitarão informações complementares ao Comissário indigitado através de perguntas escritas e, se continuarem insatisfeitos, poderão solicitar a retoma da audição por uma hora e meia. Se os coordenadores continuarem a não conseguir obter a maioria de dois terços, o presidente convoca uma reunião da comissão e convoca nova votação. As cartas de avaliação das comissões devem ser transmitidas no prazo de 24 horas após a conclusão da avaliação. Estas cartas são examinadas pela Conferência dos Presidentes das Comissões e transmitidas à Conferência dos Presidentes.

## **2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU<sup>12</sup>**

### **Resolução sobre a Venezuela**

O PE aprovou uma **resolução sobre as recentes eleições na Venezuela**, em que considera que a UE deve envidar todos os esforços para assegurar que **Edmundo González Urrutia**, presidente legítimo e democraticamente eleito da Venezuela, **possa assumir funções em 10 de janeiro de 2025** (detalhe [aqui](#) e a resolução disponível [aqui](#), bem como a votação nominal [aqui](#)).

Aprovada por 309 votos a favor, 201 votos contra e 12 abstenções, esta resolução condena e rejeita *"a fraude eleitoral orquestrada pelo Conselho Nacional Eleitoral, controlado pelo regime, que se recusou a tornar públicos os*

<sup>11</sup> As pastas dos Comissários abrangem frequentemente as competências de diferentes comissões parlamentares; nas audições de 2014, houve nove audições com comissões mistas e nove com comissões associadas.

<sup>12</sup> Fonte: serviço de imprensa do PE.

*resultados oficiais". Os Deputados reconhecem **Edmundo González Urrutia como presidente legítimo e democraticamente eleito do país*** e María Corina Machado como líder das forças democráticas na Venezuela, e condenam o Governo venezuelano por ter emitido um mandado de detenção para González Urrutia.

É ainda assinalado que os relatórios das missões internacionais de observação eleitoral indicam, sem margem para dúvidas, que as eleições presidenciais venezuelanas de 28 de julho de 2024 não cumpriram as normas internacionais de integridade eleitoral. Além disso, é pedida a prorrogação das sanções contra o regime, bem como o alargamento do seu âmbito de aplicação, a fim de aplicar sanções específicas através do [regime global de sanções da UE](#) contra Nicolás Maduro e o seu círculo restrito.

### **Resolução sobre a Ucrânia**

Foi aprovada uma resolução (425 votos a favor, 131 votos contra e 63 abstenções) em que o **PE defende que os Estados-Membros levantem as atuais restrições que impedem a Ucrânia de usar sistemas de armas ocidentais contra alvos militares legítimos na Rússia**. O PE considera que a Ucrânia deve ter total capacidade de autodefesa, lamenta a diminuição da ajuda militar bilateral à Ucrânia por parte dos Estados-Membros, pede sanções mais duras contra a Rússia e seus aliados, bem como a responsabilização por crimes de guerra e reparação russa enquanto elementos essenciais para uma solução de paz. O detalhe está [aqui](#) e a resolução está [disponível aqui](#).

Apela-se aos Estados-Membros para que cumpram o compromisso, de março de 2023, de entregar um milhão de munições à Ucrânia e de acelerar o fornecimento de armas, sistemas de defesa aérea e munições, incluindo mísseis TAURUS. O PE condena, ainda, recente transferência por Teerão de mísseis balísticos para Moscovo e apelam ao reforço das sanções contra o Irão e a Coreia do Norte, devido ao seu envolvimento no apoio à ofensiva russa.

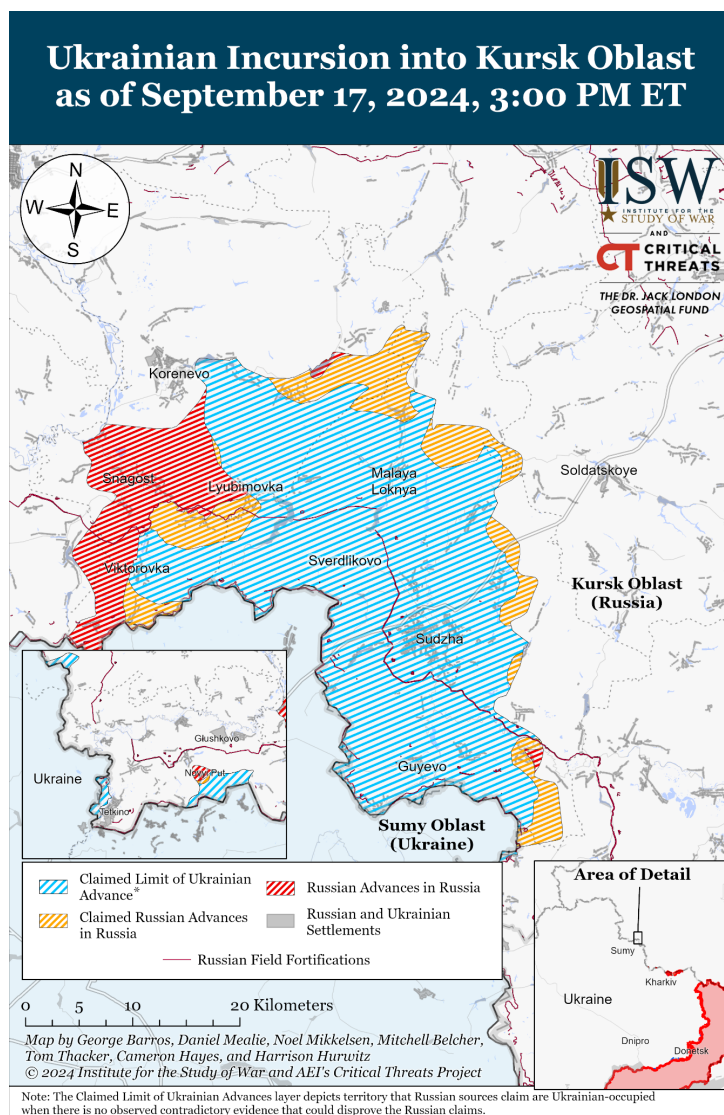
Consideram igualmente que a responsabilização pelos crimes de guerra russos e as reparações e outros pagamentos efetuados por Moscovo são aspetos essenciais de qualquer solução. Para tal, deve ser estabelecido um regime jurídico sólido para o confisco de bens estatais russos congelados pela UE.

Temos dado nota, regularmente, das atualizações feitas pelo [Institute for the Study of War](#) relativamente à guerra de agressão russa na Ucrânia.

Esta semana, damos nota do trabalho mais recente, publicado a 17 de setembro e disponível [aqui](#), em que se destaca o seguinte:

- A Procuradoria-Geral ucraniana abriu uma investigação sobre outro caso de aparente abuso e execução russa de um prisioneiro de guerra ucraniano (POW).
- A obtenção de documentos que descrevem as campanhas de desinformação em grande escala do Kremlin contra a Ucrânia e o Ocidente, que continua a demonstrar o empenho do Kremlin em utilizar os seus instrumentos de informação globais para promover os seus interesses através das redes sociais.
- O Secretário do Conselho de Segurança russo, Sergei Shoigu, chegou ao Irão para uma visita não anunciada, na sequência de visitas recentes à Síria e à Coreia do Norte, num contexto de esforços contínuos da Rússia para assegurar a cooperação militar e o apoio de aliados não ocidentais.
- O Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergei Lavrov, reuniu-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros norte-coreano, Choe Son-hui, em Moscovo.
- As forças russas avançaram recentemente perto de Toretsk e Pokrovsk e a sudoeste da cidade de Donetsk.
- A Direção Principal dos Serviços de Informações Militares (GUR) da Ucrânia informou, em 17 de setembro, que a Rússia continua a recrutar cidadãos da Síria para combater na Ucrânia.

Além disso, são disponibilizados vários **mapas e infografias sobre a situação no terreno**, que importa ter presentes, como as duas que reproduzimos de seguida:



Por seu lado, o [Kiel Institute](#) continua a disponibilizar o seu [Ukraine Support Tracker](#), que enumera e quantifica o apoio militar, financeiro e humanitário dos governos à Ucrânia desde fevereiro de 2022. Abrange 41 países, especificamente os Estados-Membros da UE, outros membros do G7, bem como a Austrália, a Coreia do Sul, a Turquia, a Noruega, a Nova Zelândia, a Suíça, a China, Taiwan, a Índia e a Islândia. A base de dados destina-se a apoiar um debate baseado em factos sobre o apoio à Ucrânia.

A versão mais recente tem dados até 30 de junho de 2024, notando que, em maio e junho de 2024, as novas dotações totalizaram 10,6 mil milhões de euros. Entre os doadores bilaterais, os EUA continuam a ser o principal fornecedor de ajuda, com um total de 75,1 mil milhões de euros em dotações, impulsionados em grande parte pelos seus 51,6 mil milhões de euros de ajuda militar. Seguem-se a Alemanha, o Reino Unido, o Japão e o Canadá, com 14,7, 13,1, 9,1 e 7,2 mil milhões de euros de dotações totais, respetivamente, para completar a classificação dos 5 principais doadores bilaterais. Em termos de dotações bilaterais totais em percentagem do PIB de 2021, a Dinamarca, a Estónia e a Lituânia estão no topo da classificação com 1,8, 1,7 e 1,4 por cento. No seu conjunto, a Europa, que inclui as instituições e os Estados-Membros da UE, bem como o

Reino Unido, a Noruega, a Islândia e a Suíça, atribuiu um total de 110,2 mil milhões de euros, dos quais cerca de metade (51,5 mil milhões de euros) se destinaram a ajuda militar.

### Relatório Draghi - Competitividade Da Europa<sup>13</sup>

Demos nota, na semana passada, de que o ex-Primeiro Ministro italiano e ex-Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, apresentou o **relatório** que lhe havia sido solicitado pela Presidente da Comissão Europeia sobre **a sua visão pessoal sobre o futuro da competitividade europeia** (disponível [aqui](#)).

Esta semana, Mario Draghi apresentou este relatório na sessão plenária do PE (intervenção [aqui](#)), afirmando que a UE deve centrar-se em três questões cruciais: *i) colmatar o fosso com a China e os EUA em matéria de inovação; ii) desenvolver um plano coletivo para que assegure os objetivos de descarbonização e do aumento da competitividade; iii) reforçar a segurança da Europa e reduzir a dependência de potências económicas estrangeiras*. A manutenção do modo de vida europeu vai depender da melhoria da competitividade e esta requer uma cooperação e integração mais estreitas entre as nações da Europa, afirmou Mario Draghi.

### 3. NOVO CICLO POLÍTICO - MEMORANDOS DO INSTITUTO BRUEGEL

Os **memorandos dirigidos aos líderes da União Europeia** são uma tradição do **Instituto Bruegel** desde 2009. De cinco em cinco anos - após as eleições europeias, mas antes da tomada de posse de uma nova Comissão Europeia - este *think tank* faz o ponto da situação das políticas relacionadas com a prosperidade económica da UE, reflete sobre os principais desafios que a UE enfrenta e faz recomendações sobre a forma como os novos dirigentes da UE os devem enfrentar.



Com exceção dos dois memorandos de abertura - um dirigido aos Presidentes da Comissão Europeia, do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu e o outro ao Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Vice-Presidente da Comissão - os memorandos são dirigidos aos novos comissários responsáveis por áreas políticas específicas. A edição deste ano está disponível [aqui](#) e abrange **18 domínios de intervenção específicos**.

Pode ler-se que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou duas crises económicas e políticas sem precedentes: A COVID-19 e a guerra na Ucrânia, e que muitos dos problemas que enfrentamos atualmente já eram visíveis antes da última série de crises: crescimento, geopolítica, transição ecológica, coesão social.

Porém, nota-se que as condições externas e internas em que a UE tem de enfrentar estes desafios a longo prazo são significativamente mais adversas do que em 2019: as ameaças geopolíticas são muito mais graves, com uma ameaça direta à segurança nas fronteiras da UE no contexto de uns Estados Unidos menos fiáveis e de uma China mais agressiva e autoritária; o nacionalismo económico está enraizado e ameaça a ordem multilateral; o aumento dos preços da energia afetou o crescimento e a competitividade; as necessidades orçamentais aumentaram, mas a margem de manobra orçamental diminuiu; os efeitos das alterações climáticas tornaram-se agudos, mas o ritmo de redução das emissões é demasiado lento, sobretudo fora da UE; os partidos que representam os extremos políticos ganharam apoio tanto a nível nacional como da UE.

<sup>13</sup> Fonte: serviço de imprensa do PE.

Este cenário mais sombrio reflete-se no título dos memorandos. Os desafios atuais consistem, em primeiro lugar, em **unir** os países e os cidadãos da UE em torno de uma agenda comum. Em segundo lugar, **defender** a UE das ameaças externas e os valores da UE da corrosão. Em terceiro lugar, **crescer**: em termos económicos, mas também no sentido de um alargamento bem sucedido a novos membros.

Que recomendações políticas se seguem? A resposta depende de cada domínio político, mas é possível identificar alguns temas gerais:

1. a UE **não deve entrar no movimento nacionalista**. O multilateralismo, a abertura e a concorrência continuam a ser as pedras angulares da prosperidade da UE e são essenciais para a sua credibilidade no mundo.
2. a UE **não pode ser ingénua**: deve atribuir uma prioridade muito maior à segurança nacional e económica. O apoio à Ucrânia continua a ser uma prioridade máxima, tal como o aumento do investimento na defesa.
3. a **melhoria do mercado único é ainda mais importante do que no passado**: é uma das poucas coisas que a UE pode fazer que não cria um compromisso entre crescimento e segurança. Isto inclui a criação de um mercado único para a produção de defesa - que deve incluir o Reino Unido.
4. a UE **deve perseverar no seu Pacto Ecológico Europeu**, que só será bem sucedido se preservar a competitividade industrial e garantir a proteção dos grupos vulneráveis.
5. a UE deve prestar muito mais atenção e dedicar mais recursos às parcerias com os países em desenvolvimento, centrando-se nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e incluindo a prestação de ajuda a esses países para acelerar a atenuação das emissões.

Ainda neste domínio, damos nota de uma análise do European Council on Foreign Relations que versa sobre os **desafios de segurança para a próxima Comissão Europeia**, disponível [aqui](#), e um briefing do *think tank* do PE sobre a **Estratégia Industrial de Defesa da UE**, [aqui](#).

#### 4. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - PESC/PCSD<sup>14</sup>

A Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa, promovida no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência húngara do Conselho da União Europeia (UE), teve lugar em Budapeste, nos dias 9 e 10 de setembro. A Assembleia da República foi representada por uma delegação constituída pelos Deputados: *Liliana Reis (GP PSD)* e *José Luís Carneiro (GP PS)* da Comissão de Assuntos Europeus, *Carlos Eduardo Reis (GP PSD)* e *Paulo Pisco (GP PS)*, da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e *Pedro Pessanha (GP CH)* e *Carlos Reis (GP PSD)*, da Comissão de Defesa Nacional.

A Deputada Liliana Reis (GP PSD) presidiu ainda à reunião dos Chefes de Delegação dos Parlamentos do Sul (Grupo MED), realizada no primeiro dia da Conferência, onde foi discutido o novo Pacto para o Mediterrâneo, anunciado pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, bem como as expectativas quanto à nomeação de um Comissário Europeu para o Mediterrâneo, tendo sido aprovada a renovação do calendário da Presidência rotativa, assim como o convite para as delegações da Croácia e da Eslovénia integrarem o Grupo, como já acontece a nível governamental.

A Conferência centrou-se em temas como o **alargamento da UE, as prioridades e os principais desafios da Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa, a proteção das fronteiras externas e a Migração ilegal e as mudanças geopolíticas e estratégicas no mundo**, tendo havido ainda um debate de urgência reservado a um tema da atualidade política, que foi dedicado às implicações

---

<sup>14</sup> Ponto elaborado por Elodie Rocha, assessora da Comissão de Assuntos Europeus.

dos ataques indiscriminados da Rússia na economia e nas infraestruturas da Ucrânia. Durante os períodos de debate foram abordadas questões como o papel do alargamento para o desenvolvimento económico, o reforço democrático e o acesso ao mercado comum, a necessidade de reforçar a base industrial e tecnológica de defesa europeia, bem como as iniciativas europeias para desenvolver as capacidades de defesa, a gestão dos fluxos migratórios, com uma migração regulada e segura, a importância da diplomacia bilateral e multilateral e das parcerias estratégicas, assim o impacto das mudanças geoestratégicas em regiões como o Ártico. Foi elaborada uma [declaração conjunta](#) dos co-presidentes desta Conferência, e a documentação e vídeos da Conferência encontram-se disponíveis [aqui](#).

## 5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

### Reunião informal dos Ministros do Ensino Superior e da Investigação

Realizada a 9 e 10 de setembro, em Budapeste, esta [reunião informal](#) centrou-se em três temas principais: a discussão das implicações do diploma europeu, com base na investigação e inovação, nomeadamente a redução da fragmentação no Espaço Europeu da Investigação; a contribuição da liberdade de investigação científica para a competitividade da UE.

### Reunião informal dos Ministros dos Transportes

Realizado a 19 e 20 de setembro, em Budapeste, este [encontro](#) incidiu sobre uma das principais prioridades da Presidência húngara, que é a melhoria da competitividade da UE. Os temas abordados incluíram o papel crucial do setor dos transportes na integração económica e na competitividade da UE, a melhoria da conectividade entre a UE e os países vizinhos, os desafios e oportunidades decorrentes da ecologização dos transportes e da digitalização dos transportes e as futuras oportunidades de financiamento dos transportes. Foi ainda debatido o sector ferroviário, nomeadamente as medidas e estratégias necessárias para estabelecer uma rede ferroviária de alta velocidade, melhorar as ligações entre as zonas rurais e urbanas e mobilizar os recursos necessários.

## 6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade dos grupos políticos e das [Comissões parlamentares](#).

### Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar apenas no dia [2 de outubro](#).

### - Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: 23/9, [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); 24/9, [Conselho dos Assuntos Gerais](#), e a 26/9, o [Conselho \(Competitividade – Mercado Interno e Indústria\)](#).

Estrasburgo | 20 de setembro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).